

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 034/2025

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores.**

O Projeto de Lei que ora estamos enviando a esta Casa Legislativa, para estudo e apreciação de Vossas Excelências, visa a autorização desta Colenda Casa Legislativa para instituir o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE DÉBITOS FAZENDÁRIOS – REFAZ/JAGUARI/2025**, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos, tarifas, contribuições, multas, ressarcimentos ou serviços, vencidos até 30 de junho de 2025 (30/06/2025).

O ingresso no REFAZ/JAGUARI/2025 dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante o qual fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos e tributos municipais, débitos fiscais e não fiscais, incluídos no programa nos termos e condições previstos no Projeto de Lei.

O presente Projeto de Lei objetiva oportunizar aos contribuintes a quitação de dívidas existentes com a Fazenda Municipal. Os valores atrasados a título de impostos, taxas, contribuições e serviços, quando vencidos, sofrem acréscimos na medida em que se aplicam juros e multas de mora. A proposta ora apresentada é de remissão total dos encargos de juros e multas de mora, para pagamento a vista.

Cabe discorrer sobre a Lei Municipal nº 3.511/2023 de 28/11/2023, que altera o caput do artigo 143 e o artigo 143 ambos da Lei Municipal nº 1.403/1978 que institui o Código Tributário do Município de Jaguari (RS), que faculta aos créditos tributários e não tributários vencidos, inscritos ou não em Dívida Ativa, poderão ser parcelados em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, sucessivas e reajustadas anualmente e, deste modo, o presente Projeto de Lei não contempla nova possibilidade de parcelamento mas, somente a quitação total destes débitos com remissão de 100% das multas e juros de mora.

Por fim, visa a arrecadação dos tributos devidos ao erário, aumentando sua receita financeira, conforme preconiza nossa legislação tributária.

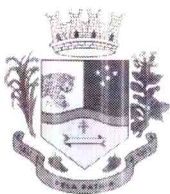
Posto isso, estamos solicitando a aprovação dos Nobres Edis, pelo que encarecemos a consideração e sensibilidade dos Senhores Parlamentares.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, EM 04 DE SETEMBRO DE 2025.

IGOR ROSA
TAMBARA:0
2334369012
IGOR ROSA TAMBARA,

Assinado de forma
digital por IGOR ROSA
TAMBARA:02334369012
Dados: 2025.09.04
11:25:19 -03'00'

Prefeito do Município de Jaguari.



PROJETO DE LEI Nº 034/2025

Institui o Programa de Recuperação de Débitos Fazendários – REFAZ / Jaguari / 2025, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE DÉBITOS FAZENDÁRIOS – REFAZ/JAGUARI/2025, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos, tarifas, contribuições, multas, ressarcimentos ou serviços, vencidos até 30 de junho de 2025 (30/06/2025), constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, tributários ou não tributários, ajuizados ou a ajuizar, ou que tenham o Município como beneficiário, tais como ações civis públicas, devoluções, ressarcimentos, ações populares, processos administrativos e outras mais, com exigibilidade suspensa ou não e aqueles com parcelamento em andamento.

Parágrafo Único: O REFAZ/JAGUARI/2025 será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda, em consonância e ou conjuntamente com a Procuradoria Jurídica do Município.

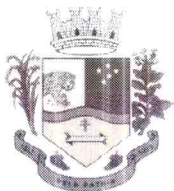
Art. 2º O REFAZ/JAGUARI/2025 não alcança débitos relativos ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI.

Art. 3º O ingresso no REFAZ/JAGUARI/2025 dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante o qual fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos dos tributos municipais, débitos fiscais e não fiscais, incluídos no programa, nos termos e condições previstas nesta Lei.

§ 1º A opção pelo REFAZ/JAGUARI/2025 deverá ser formalizada até 31 de dezembro de 2025, para os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de agosto de 2025 (31/08/2025).

§ 2º O prazo estipulado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por Decreto do Executivo.

§ 3º O sujeito passivo deverá por ocasião da opção, relacionar os débitos que farão parte do REFAZ/JAGUARI/2025.



§ 4º Os débitos existentes em nome do sujeito passivo, relacionados na opção, serão consolidados, tendo por base a data do pedido de ingresso no REFAZ/JAGUARI/2025.

§ 5º A pessoa jurídica que suceder a outra e for responsável por débitos devidos pela sucedida, na hipótese dos Art. 132 e 133 do Código Tributário Nacional, deverá solicitar a convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 6º As denúncias e/ou informações sobre créditos tributários e não tributários não declarados, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o prazo previsto no Art. 1º, feitos de forma espontânea junto a repartição fazendária municipal, até a data da opção, também terão os benefícios aplicados por esta Lei.

Art. 4º Os débitos apurados no momento da opção, deverão ser pagos em parcela única, a vista, na rede bancária autorizada, com remissão de 100% (cem por cento) das multas e juros moratórios, sendo devido o valor principal e a atualização monetária.

Art. 5º A opção pelo REFAZ/JAGUARI/2025 sujeita o optante a:

I – confissão irrevogável dos débitos consolidados na opção;

II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFAZ/JAGUARI/2025;

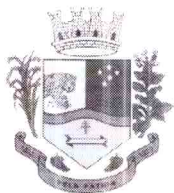
IV – responsabilidade sobre custas e emolumentos oriundos do protesto de títulos.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a redução e/ou adequação dos lançamentos tributários em decorrência da aplicação dos benefícios da presente lei.

Art. 7º A concessão de remissão de valores de Multas e Juros de Mora, não contraria as determinações do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, por tratar-se de valores “não tributários”.

Art. 8º A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto, no que couber.

Art. 9º Os benefícios concedidos por esta Lei, não conferem qualquer direito a restituição ou compensação de importância já paga ou compensada.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Gestão Administrativa

Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 11 As disposições da presente Lei ficam inclusas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, vigentes para o presente exercício.

Art. 12 A presente Lei entra em vigor na data de sua promulgação com validade até 31 de dezembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, EM 04 DE SETEMBRO DE 2025.

IGOR ROSA
TAMBARA:0
2334369012

Assinado de forma
digital por IGOR ROSA
TAMBARA:023343690
12
Dados: 2025.09.04
11:26:09 -03'00'

IGOR ROSA TAMBARA,
Prefeito do Município de Jaguari.